

Sunab faz *blitz* contra abuso nas

Jornal de Brasília • 13

escolas

A partir de hoje a Sunab implanta um esquema especial de fiscalização das mensalidades escolares para tentar coibir os possíveis abusos na correção das prestações. A decisão foi tomada depois de um encontro entre o superintendente do órgão, Oiran Cruz e o assessor especial do Ministério da Fazenda, Cláudio Adilson. A blitz será iniciada em escolas do Distrito Federal e São Paulo, onde existe um maior número de denúncias de descumprimento da legislação pelos estabelecimentos particulares.

Cláudio Adilson reconhece que existe uma insatisfação da comunidade com o restabelecimento da liberdade vigiada, mas afirma que ainda é cedo para revogar a Portaria 140 de 19 de junho de 89 que reativou o sistema. "Recebemos o pedido do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e do deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF), mas ainda não havia tempo suficiente para qualquer decisão", comenta Cláudio Adilson. Salienta também que, se uma escola pretende burlar a lei, não importa se existe tabelamento ou liberdade, ela simplesmente desobedece as normas. "Porém, vamos acompanhar a situação de perto, verificando as planilhas e observando se a margem de lucro está nos 10% estipulados pelo Decreto 95.921. Os estabelecimentos irregulares serão punidos", garante.

A fiscalização especial não é suficiente, segundo os pais, para evitar os abusos que vêm sendo praticados, e através da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) eles vão

entrar ainda hoje, com uma medida cautelar no Tribunal Regional Federal, solicitando a suspensão da portaria. O presidente da OAB, Francisco Lacerda Neto, comentou que existem grandes possibilidades de os pais ganharem a liminar suspendendo os efeitos da portaria. "Essa decisão judicial dará tempo para que o Congresso retorne às atividades e que um grupo de pais consiga uma audiência com os ministros da Fazenda e Educação para tentar reverter a forma de reajuste das mensalidades escolares.

O principal argumento da medida cautelar, segundo Francisco Lacerda, será o desequilíbrio entre os reajustes salariais e os aumentos exorbitantes das mensalidades escolares. O presidente da OAB enfatiza que quando uma economia é monitorada (com os preços controlados) não pode existir esta diferença de limites de reajustes entre serviços essenciais e salário. "Colégio é uma atividade básica e deve ser controlada pelo governo, já que ele tem por lei dever de garantir a educação", lembra Francisco Lacerda.

A composição do Conselho de Educação do DF será um dos assuntos abordados hoje, pelo deputado Augusto de Carvalho, na conversa que terá com o governador Joaquim Roriz. O deputado vai questionar principalmente o critério de escolha dos integrantes do conselho. "Estamos fazendo um levantamento, mas preliminarmente sabemos que ele é composto majoritariamente por pessoas que defendem os interesses empresariais", comenta Augusto.

Mensalidade é maior que over

Depois de tentar uma negociação com a direção do Colégio Minas Gerais, sem resultados, uma comissão de pais dessa escola encaminhou ontem, ao Conselho de Educação do DF um abaixo-assinado pedindo a verificação da planilha da escola. Um dos pais, formado em economia fez um estudo preliminar dos índices de aumento da escola e constatou que a mensalidade da 5ª série do primeiro grau, por exemplo, foi reajustada no 1º semestre em 391%, enquanto a inflação do mesmo período chegou a apenas 62,02%, a poupança em 170,56% e o over em 168,64%.

A comissão de pais afirma que a escola está sendo inflexível nas negociações chegando a alegar que o pai que não tem condições de pagar que procure outra escola para o filho.

Reposição ainda gera polêmica

As Regionais de Ensino da Fundação Educacional iniciaram ontem uma série de reuniões com os diretores de escolas para tratar da reposição de aulas. Apesar de a maior parte das escolas demonstrar disposição em aceitar o calendário proposto pelo Grupo de Trabalho que elaborou sugestões, há ainda algumas dúvidas quanto às duas alternativas encaminhadas, que prevêm encerramento do ano letivo deste ano somente em janeiro de 1990. O calendário proposto determina a reposição de aulas aos sábados e conclui o ano letivo em 23 de dezembro.

A diretora da Regional de Ensino de Sobradinho, Marilda Alves Rego, acredita que a maioria dos diretores deve aceitar esse calendário. "Até o momento, nenhum deles se manifestou favorável aos calendários alternativos" — explicou Marilda.